

DISCURSO DE ABERTURA DA DELEGAÇÃO DO BRASIL – 51ª ASSEMBLEIA GERAL DA OMPI

Senhor Presidente,

Tendo em vista que esta é a primeira vez que tomo a palavra, gostaria de manifestar nossa satisfação em tê-lo, novamente, como Presidente da Assembleia Geral da OMPI. Confiamos em vossa habilidade e experiência para facilitar os debates desta sessão da Assembleia Geral, que tem uma extensa e complexa pauta pela frente.

O Brasil acompanha com grande interesse os recentes desdobramentos da agenda normativa da OMPI e de suas atividades de cooperação. Buscamos sempre contribuir de forma construtiva para o avanço dos trabalhos da Organização em ambas as frentes.

É digno de nota que a OMPI tem produzido resultados concretos e muito positivos nos últimos anos, dentre os quais destaco a recente conclusão do "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar o Texto Impresso". O novo acordo representa marco histórico não apenas para esta Organização, mas também para toda a comunidade internacional.

Por meio do instrumento concluído em junho último, os Estados Membros da OMPI fizeram com que um foro de natureza comercial respondesse, de forma efetiva ao desafio da “fome de livros”. Construíram bases sólidas para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, aspecto fundamental para a plena realização de seus direitos à cultura, ao trabalho, ao conhecimento, à informação e à educação.

Após a conclusão das negociações do Tratado de Marraqueche, entramos em uma nova fase, talvez ainda mais desafiadora e, com certeza, mais importante. Os Estados Membros devem, agora, engajar-se na implementação do acordo, que deve não apenas estar em linha com o consenso logrado em junho, mas também à altura das expectativas e necessidades dos beneficiários do tratado. Deste modo, temos, de imediato, três tarefas cruciais: (a) promover, o mais rápido possível, a entrada em vigor do instrumento; (b) garantir recursos humanos e orçamentários adequados para a implementação do tratado; e (c) facilitar a cooperação internacional de modo a garantir que o intercâmbio transfronteiriço de obras em formato acessível ocorra de forma eficiente. Instamos os Estados Membros a trabalharem pela implementação destas três tarefas, especialmente durante esta Assembleia, quando o orçamento bianual da OMPI deverá ser adotado.

Senhor Presidente,

A implementação efetiva e transversal da Agenda do Desenvolvimento deve ser objetivo compartilhado por toda a membresia desta Organização. O fortalecimento do sistema internacional de proteção da propriedade intelectual depende da integração da dimensão do desenvolvimento aos trabalhos da OMPI, a fim de torná-lo mais legítimo e efetivo.

A esse respeito, gostaríamos de manifestar nossa preocupação com as dificuldades ora enfrentadas no processo de implementação da Agenda do Desenvolvimento, notadamente no que se refere aos trabalhos do mecanismo de coordenação, aprovado por esta Assembleia em 2010. Entendemos que o comprometimento dos Estados Membros com este processo, elemento fundamental e prioritário dos trabalhos da OMPI, deve ser renovado, de forma a garantir que as decisões necessárias para o avanço do processo de implementação da Agenda sejam efetivamente tomadas (e não postergadas) e que os mandatos já aprovados, sejam

observados. Reforçamos que a observância e devida implementação das decisões já tomadas pelos Estados Membros é elemento central para reforçar o ambiente de confiança necessário para que os trabalhos da OMPI avancem, inclusive em outras áreas além da implementação da Agenda.

Senhores Delegados,

Temos, durante esta sessão, importantes decisões a serem tomadas e, para tanto, teremos de contar com o trabalho árduo e a postura construtiva de todos. Dentre elas, destaco a renovação do mandato do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês) e a adoção do Programa e Orçamento do biênio 2014/2015.

No que se refere ao IGC, recordamos que este Comitê tem debatido os temas de sua competência desde 2001. A necessidade e urgência de acordos que estabeleçam regras de proteção contra a apropriação indevida de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais estão claras. É preciso acelerar os trabalhos do grupo, de modo a cumprir, efetivamente os mandatos a ele conferidos por esta Assembleia e pela recomendação nº 18 da Agenda do Desenvolvimento. Para tanto, os Estados Membros devem engajar-se construtivamente.

A renovação do mandato do IGC durante esta Assembleia Geral será um teste importante para os Estados Membros. É chegado o momento de confirmarmos nosso compromisso com os objetivos deste Comitê e com as demandas de seus principais beneficiários, os povos indígenas e as comunidades locais e tradicionais. O resultado de nossos debates deverá ser um mandato robusto, que confirme a seriedade com que esta Organização trata o grave problema do roubo e da apropriação indevida de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais.

No que diz respeito ao P&B 2014/2015, atenção especial deverá ser dedicada aos temas que ainda permanecem em aberto na minuta examinada pelas últimas sessões do PBC. Devemos buscar solução equilibrada, que considere as preocupações e interesses de todos, ao mesmo tempo em que respeita as decisões e regras que já estão em vigor. Destaque-se, nesse sentido, a preocupação já manifestada por diversas Delegações com o atual método de trabalho do Programa 18, que não se reporta de forma satisfatória aos Estados Membros nem deriva suas iniciativas de mandatos aprovados pelos mesmos.

Por fim, Senhor Presidente,

Renovo o compromisso do Brasil em continuar colaborando para o avanço dos trabalhos desta Assembleia Geral e da OMPI como um todo. Estamos prontos a contribuir para as decisões a serem tomadas por este foro de forma construtiva e participativa.

Muito obrigada.